

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CEARENSE GUARDADA NA ARQUITETURA DOS GRUPOS ESCOLARES.

JULIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA

Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Ceará.
E-mail: juliadefatima.ufc@hotmail.com

ROSELENE SILVA TEIXEIRA

Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Ceará.
E-mail: roselene.teixeira@hotmail.com

FRANCISCO ARI DE ANDRADE

Professor Doutor em Educação Brasileira pelo PPGE-FACED-UFC.
E-mail: andrade.ari@hotmail.com

Introdução

O presente artigo trata da pesquisa¹ intitulada Acervo digital da arquitetura escolar para preservação da Memória e da História da Educação cearense que está sendo realizada no campo da História da Educação, com o objetivo de preservar a história e a memória da educação escolar na cidade de Fortaleza – CE. A partir de investigações documentais, foram extraídos dados encontrados nas páginas do Almanaque do Ceará, do ano de 1952, com a evidenciação de que foram construídos quinze edifícios no modelo de Grupo Escolar na cidade de Fortaleza.

Neste artigo, buscamos preservar a memória arquitetônica e a história escolar de apenas três escolas, que foram sediadas por grupos escolares no início do século XX, na referida cidade. Pois, sabemos que a história e memória escolar dos sujeitos passam pelas estruturas arquitetônicas de onde estes receberam sua educação.

As escolas eleitas para pesquisa e estudo deste trabalho são: Escola de Ensino Fundamental e Médio Clóvis Beviláqua, localizada no Centro da cidade, que sediou o Grupo Escolar do Outei-

¹ Pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC, cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

ro (1912), anos depois passou a chamar-se Grupo Escolar Santos Dumont (não consta data exata) e posteriormente, Grupo Escolar Clóvis Beviláqua (1922); A Escola de Ensino Fundamental e Médio Juvenal Galeno, situada no bairro Jacarecanga, que sediou o Grupo Escolar Fernandes Vieira (1923); E por ultimo a Escola de Ensino Fundamental e Médio Visconde do Rio Branco, também no Centro da cidade, que inicialmente recebeu a denominação de Grupo Escolar Modelo (1918), em seguida passou a chamar-se Grupo Escolar Visconde do Rio Branco (1924).

Partindo do pressuposto que a cidade local guarda, ainda, nas paredes do palácio da sua memória coletiva, seus edifícios escolares, testemunhas oculares do processo de formação de muitas gerações de alunos, contribuiremos com a preservação da memória educacional, como também, com a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade de Fortaleza.

A história e memória da educação

Para compreender o significado da reconstrução da história escolar das referidas instituições, é necessário, primeiramente, apreender o conceito de história, assim como a importância da preservação da memória da educação.

A Educação é caracterizada como um processo que está presente em toda a história da humanidade e, perdurando por todos os anos, tem como finalidade principal procurar saídas e respostas ao enfrentamento das dificuldades educacionais que cada sociedade e cada época necessitam. Dessa forma, a educação é base da formação dos cidadãos, e mais precisamente, na sua linha de História da Educação, não trabalha apenas com a recuperação do passado, mas serve como mola propulsora entre as mais variadas áreas do conhecimento.

Segundo Andrade (2013, p.9), a História da Educação “é um campo disciplinar em movimento, não cristalizado e não indiferente às múltiplas abordagens metodológicas”, tendo como objetos de

estudo um leque de possibilidades, desde as convencionais fontes históricas escritas ou fotográficas e até mesmo os costumes sociais e o mundo escolar, formando vínculos entre a sociedade, a educação e a história.

Conscientes da importância de se conhecer a história da Educação, Saviani (2008a) também nos esclarece que a história nos constrói como homem, pois é através dela que conseguimos entender plenamente nosso papel dentro da sociedade por sermos, também, agentes do presente. A nossa humanização é um processo contínuo que depende da história como combustível dessa transformação, porque quando compreendemos as diversas realidades e sua evolução, conseguimos nos encaixar como atuantes das modificações do presente.

Para que a história possa exercer influência nos seres humanos, é preciso que a memória tenha o papel fundamental de formar o elo entre o passado e o presente. A memória é o processo pelo qual o homem tem acesso aos acontecimentos do passado e, através deles, pode se posicionar acerca de um determinado espaço ou tempo. É pela memória do passado que a cidadania é construída e o sentimento de pertencimento nos transforma em seres capazes de modificar a realidade em busca de compreender mais dos acontecimentos do passado e tentar modificar o futuro, afinal “pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro” (SAVIANI, 2008a, p.151).

A autora Ecléa Bosi consegue trazer essa ideia fundamentada na importância da narração dos velhos, porque, segundo ela, a geração mais antiga teve acesso a todas as modificações sofridas na sociedade e, portanto, tem a bagagem necessária para ativar a memória e agir como regente do processo de humanização e pertencimento no hoje.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, misturando-se com as per-

cepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas ultimas, ocupando o espaço todo da consciência. (BOSI, 2010, p. 46 e 47).

Ainda segundo Bosi (2010), a atividade de lembrar o passado é realizada pelos mais velhos como um trabalho, como uma ocupação de sua mente, e não como um lazer ou momento de descanso como ocorre nas gerações mais novas. Essa ação é entendida como uma “espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem.” (BOSI, 2010, pg. 63) e traz os mais variados benefícios desde a revitalização do consciente do que têm o trabalho de pensar até a transmissão da cultura e do passado às novas gerações.

Compreendendo a importância e os desafios do processo de memória e de história, além da ressignificação de inúmeros acontecimentos que marcaram o ensino no país, é necessário, primeiramente, voltar o olhar para as instituições escolares que são a base do processo de educação.

O surgimento dos grupos escolares na República brasileira

Os Grupos Escolares configuraram uma nova organização espacial, pedagógica e gestora da escola primária no Brasil, no início da República. Eles surgiram com a aspiração da educação e civilização das massas, como também a nacionalização dos povos imigrantes que aqui se achavam no final do século XIX, com a Proclamação da República.

Antes da introdução dessa proposta que traria diversas modificações no cenário educacional, o contexto da educação no Brasil ficou, durante muitos anos, em segundo plano para as autoridades do Governo. Com nomenclatura de escola graduada, que de acordo com Saviani (2008b, p. 172) recebia esse nome “uma vez que o agrupamento dos alunos se dava de acordo com o grau ou a série em que se situavam” o ensino nos grupos escolares era baseado em

uma organização gradual, por faixa etária, em séries distintas, onde cada classe possuía uma professora e recebia ensinamentos conforme o seu nível de conhecimento.

A sociedade brasileira passava por transformações nos âmbitos econômicos e sociais, tendo por um de seus objetivos ampliar o ensino primário. Silva (2008) nos afirma que “com ritmos e especificidades próprias, entre as regiões, essa disseminação, situada entre o fim do Império e a primeira metade da República, inaugura o novo modelo de ensino primário no Brasil: as escolas graduadas ou grupos escolares”.

Pautada na racionalidade científica e ensino laico, os grupos escolares surgiram a partir do final do século XIX, em São Paulo, mais precisamente em 1893, seguido pelo:

Rio de Janeiro em 1897; Pará em 1899; Paraná em 1903; Ceará em 1905; Minas Gerais em 1906; Maranhão em 1905; Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Norte em 1908; Mato Grosso e Sergipe em 1910; Santa Catarina em 1911; Paraíba em 1916 e Piauí em 1922 (ANDRADE, 2011a, p.6).

O novo modelo de ensino se distinguiu das práticas do Império, pois surgiu em substituição ao modelo de Ensino Mútuo ou Método de Lancaster. O novo ensino era intitulado Ensino Gradual e caracterizava-se, então, por uma nova abordagem através do método intuitivo ou o método da lição das coisas, que trazia para o aluno o objeto de estudo de forma concreta, fazendo refleti-lo e utilizando os cinco sentidos. Alves e Oliveira (2009, p.4) aprofunda melhor esse tipo de aprendizagem quando diz que:

a prática pedagógica era baseada numa compreensão sobre o conhecimento humano segundo a qual todas as noções do espírito tem uma origem na percepção da existência de sentidos, ou seja, conhecimento das coisas que nos rodeiam é possível pelo fato de termos sentidos que fazem a ligação entre o objeto a ser conhecido e o sujeito que o conhece, criando as ideias.

Embora seguissem o modelo europeu e norte americano, com práticas modernas, como – ensino seriado, novos conhecimentos, excursões e passeios, museus pedagógicos, laboratórios – segundo Shueller e Gondra (2010) estava presente nestes espaços as vivências e a tradição. A disciplina e o respeito às hierarquias existentes eram tidas com grande relevância e seriedade dentro dos grupos escolares.

Uma educação rigorosa no que diz respeito obediência, assiduidade, higiene e ordem. O tempo das aulas era marcado e passou-se a utilizar o sino, para indicar aos alunos os horários de entrada e saída nas aulas. O ensino, ao contrário do que ocorria nos escolas multisseriadas, era dividido em várias salas de aulas, obedecendo a idade dos alunos e sob a regência de uma professora por série. Em relação a administração, a criação do cargo de Diretor Geral dos Estudos passou a auxiliar, a fiscalizar, e cada diretor de sede escolar também fazia o papel de acompanhar a evolução da educação e descentralizar a burocracia.

Em Fortaleza – CE, a implementação dos Grupos Escolares se deu a partir dessa reformulação feita no ensino primário, que permitiu à educação primária cearense uma legislação própria. O presidente Nogueira Acioly, no cortejo da “Ordem e do Progresso” no Ceará, promulgou em março de 1905, o Regulamento da Instrução Pública do Estado e, a seguir, algumas determinações presentes no referido documento marcam o início dos grupos escolares no Ceará:

Grupos escolares:

Art. 30 – As escolas públicas desta capital serão reunidas em grupos de cinco escolas, funcionando cada grupo em um só prédio para esse fim construído ou adaptado.

Art. 31 – Cada uma das escolas passará a ser considerada como uma classe do grupo escolar, ficando cada classe a cargo de uma professora e devendo todas funcionar em salas separadas.

Art. 32 – Nos grupos escolares desta capital o ensino será dividido em cinco classes ascendentes com as determinações I, II, III, IV e V.

Art. 33 – O ensino será dado em completa harmonia com o plano traçado neste Regulamento [art. 16] e instruções e programas que foram expedidos.

Art. 34 – Cada grupo escolar poderá comportar até o número máximo de trezentos alumnos. (ANDRADE, 2011a, p. 8)

Assim, em 07 de dezembro de 1906 foi estabelecido o Regimento dos Grupos Escolares e em 12 de março de 1907, foi inaugurado o Primeiro Grupo Escolar em Fortaleza localizado na Rua Formosa, hoje atual Barão do Rio Branco, cuja primeira diretora foi a professora Ana Facó.

A arquitetura dos prédios dos grupos escolares: modernidade pedagógica e redefinição espacial

Os grupos escolares, em todo o Brasil, ficaram marcados pela sua arquitetura singular, que trazia o conceito de higienização para dentro do ambiente escolar. Do ponto de vista geográfico, o ambiente arquitetado seguia alguns padrões espaciais e temporais, baseados nas reformas urbanas civilizatórias como a existência de quatro salas de aulas amplas, retangulares, ventiladas e arejadas, salas de diretoria, secretaria, biblioteca, museu e pátio para recreação (ANDRADE, 2011a).

No caso de espaços pequenos para a acomodação de todos esses ambientes dentro do grupo escolar, a economia espacial poderia acontecer com a instalação da biblioteca, do museu e do pátio como as mesmas áreas das salas de aulas, dividindo seu uso após o período de aula regular. Internamente, as salas de aulas eram equipadas com quadro negro, carteiras e materiais pedagógicos próprios para o ensino agora laico, gradual e intuitivo.

o funcionalismo unia-se a tese do rendimento máximo, da economia, acompanhado da racionalidade construtiva e dos

preceitos médico-higienistas: boa ventilação, boa distribuição da luz, espaço bem aproveitado e sem desperdícios. (PROCHNOW, 2009, p. 174).

A criação do pátio escolar foi também uma nova introdução das ideias de disciplina e ordem, porque as salas de aula estavam todas voltadas para o pátio central, facilitando o diretor no processo de circulação e observação dos alunos e professores. Além disso, antes do início do período de aula, as crianças deveriam enfileirar-se no pátio, servindo assim, como ponto de partida para o expediente escolar e para a disciplinarização.

Além dessas características arquitetônicas semelhantes dos grupos escolares brasileiros, encontramos no Ceará, de acordo com Santiago (2011), particularidades como a semelhança na arquitetura construída pelo arquiteto Armando Oliveira, com características neocoloniais, como áreas de circulação interna com arcos em formato de “U” e elementos que recuperam a tradição colonial, possuem arquitetura formal tradicional, considerada erudita. Os referidos prédios citados nesse trabalho possuem fachada para o oeste, prevalecendo a rua como objeto de orientação.

Construindo narrativas sobre o ambiente escolar

Durante as visitas, na qual estivemos em campo para o desenvolvimento da referida pesquisa, buscamos resgatar por meio da memória daqueles que foram espectadores das transformações ocorridas ao longo dos anos, bem como, indagamos aos mais velhos, as informações necessárias, para chegarmos as reais mudanças ou conservação daquilo que outrora fora construído, para se-
diar os antigos grupos escolares no século XX.

Assim, escolhemos três instituições para ressignificar sua história e resgatar a memória arquitetônica desses prédios escolares.

Escola de Ensino Fundamental e Médio Clóvis Beviláqua

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Clóvis Beviláqua sediou, no início do século XX, um grupo escolar chamado, primeiramente, de Grupo Escolar do Outeiro. Em 1912, com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza, o prédio que abrigava o corpo clérigo tornou-se uma escola, chamada de Grupo Escolar do Outeiro, na qual apenas os padres jesuítas poderiam lecionar.

Em seguida, a instituição de ensino recebeu a denominação de Grupo Escolar Santos Dumont e, em 19 de julho de 1922, após a efetivação da compra do terreno pelo Estado do Ceará, passou a ser conhecido como Grupo Escolar Clóvis Beviláqua. A área localizada na Avenida Dom Manuel, no centro da capital cearense, foi adquirida pela quantia de trinta e sete contos de reis com 122 palmos de frente. (Fonte: Registro de Imóveis da 1ª Zona de 9 de julho de 1981 pelo oficial Dr. Crisanto de Holanda Pimentel- Acervo da escola).

Em homenagem ao jurista Clóvis Beviláqua, em 17 de outubro de 1975, pelo decreto nº 11.493, o grupo escolar transformou-se em Escola de 1º grau Clóvis Beviláqua. Durante todos os anos de atuação, recebeu alunos ilustres como Frei Tito, Raul Barbosa, Eleazar de Carvalho e outros.

Uma grande reforma no prédio da escola ocorreu entre os meses de maio a setembro de 2009. Esta reforma iniciou-se com a finalidade de restauração do forro das salas de aulas, em virtude do incidente de um ventilador de teto ter caído durante o expediente escolar. Contudo, as alterações se estenderam por vários outros espaços internos.

Durante a reforma, as aulas continuaram a funcionar em um colégio de freiras por um curto período de tempo, porém, logo retornaram à instituição ainda em mudanças. Com todas as transformações, a escola perdeu grande parte das características originais dos grupos escolares, como os arcos, os pisos de mosaicos no andar inferior, a escada de madeira e as peças ornamentais. Foram cons-

truídas uma rampa de acesso ao pátio e uma escada de alvenaria. O pátio e o espaço esportivo, também, foram aquisições posteriores a fundação. Entretanto, ainda conserva-se o piso em mosaico original na parte superior da escola, as portas e janelas de madeira e a fachada externa do prédio.

Em 2013, a escola funcionava nos três turnos, com ensino fundamental e médio, além do Programa Mais Educação com as oficinas de vôlei; xadrez e raciocínio lógico; música; informática e letramento, totalizando mais de 700 alunos.

Escola de Ensino Fundamental e Médio Juvenal Galeno

A escola chamada, então, Grupo Escolar Fernandes Vieira teve assentada a pedra fundamental para a sua construção em 3 de outubro de 1923 e inaugurada em 11 de julho de 1924. A arquitetura foi projetada por Armando de Oliveira durante o governo do presidente Idelfonso Albano. O prédio era a antiga chácara de 432 palmas de frente localizada na rua Oto de Alencar com Conselheiro Estelita e foi comprada pelo Estado por quarenta e cinco contos de reis. (Fonte: Escritura Pública de compra e venda reescrita pelo tabelião e escrivão Francisco Pontes, fls 82 e 83; 6/7/1965 – acervo da escola). Em 1975, pelo decreto nº 11943, passou a denominar-se Escola de Ensino Fundamental Juvenal Galeno, em homenagem ao poeta cearense conhecido como pioneiro do folclore nordestino.

Até 1992, a estrutura original estava com pequenas alterações, porém uma reforma, nesse mesmo ano, modificou algumas das principais características do prédio, como a retirada dos lustres, dos pisos de mosaico português e da escada de madeira principal. Foram colocadas as grades nas janelas superiores e construída a escada em espiral de ferro. Em 1999, foi construída uma nova escada principal de alvenaria no pátio da escola e essas duas reformas foram realizadas na gestão da diretora Maria das Graças Cidrão Rocha.

Hoje, grande parte da construção original ainda está intacta, inclusive a fachada do prédio, as portas de madeira, o piso vermelho de mosaico portugueses no andar superior, as molduras do teto e os arcos que caracterizavam os antigos grupos escolares.

Em 2005, o prédio da escola Juvenal Galeno foi tombado pela Câmara Municipal de Fortaleza como patrimônio histórico e cultural e os membros da instituição, desde então, têm preservado a memória do colégio com a arquitetura e os documentos originais como a certidão de compra do terreno.

Em 2013, a escola contava com 34 professores efetivos e temporários e com mais de 420 alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde e, em 2014, a instituição será transformada em um Centro de Referência sobre Drogas para ofertar cursos e capacitação de profissionais no enfrentamento das drogas.

Escola de Ensino Fundamental e Médio Visconde do Rio Branco

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Visconde do Rio Branco sediou, no início do século XX, os grupos escolares. O terreno situado na Avenida Dom Manuel, 1803, no centro da cidade de Fortaleza, foi comprado em 18 de fevereiro de 1888 pela Fazenda Provincial, por quatrocentos contos de reis (Fonte: Escritura de compra e venda fls. 94 e 95, transcritas por Lenir Queiroz em 1967 – Acervo da Escola).

Inicialmente, recebeu a denominação de Grupo Escolar Modelo, criado pelo decreto nº 1635, de 4 de novembro de 1918, instituído por ato de 27 de março de 1919. Posteriormente, com o lançamento da pedra fundamental em 12 de outubro de 1923, pelo arquiteto Armando de Oliveira e com a inauguração em 10 de julho de 1924, passou a chamar-se Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.

No dia 22 de novembro de 2013, fomos recebidas pela coordenadora da escola, chamada Karine, que relatou estar a pouco tempo na instituição, no entanto, nos apresentou a Sra. Ana Rodri-

gues, que a 31 anos trabalha na cozinha da escola, e hoje com 67 anos de idade ainda está desempenhando suas atividades. Durante uma conversa com ela, descobrimos que, antigamente, os alunos eram reunidos no pátio da escola para rezar; haviam feiras de ciências com grande adesão dos alunos e um caixa escolar, no qual todos os discentes colaboravam para ajudar algum aluno quando necessário ou para comprar remédios, entre outros.

Na gestão da diretora Tânia Roberta da Silva, acerca de três anos, foi construída uma sala de academia no local em que havia um piano. A estrutura do prédio permanece, em grande parte, conforme a original, como o piso de mosaico vermelho; as portas de madeira; a estrutura das salas de aula; a escada de madeira, com noventa anos; as molduras do teto; os arcos que caracterizavam os antigos grupos escolares e os ladrilhos azuis dispostos na fachada externa e interna da escola, simbolizando a preservação estrutural. A cantina, também, permanece conforme a construção original. Contudo, algumas mudanças ocorreram no prédio, como por exemplo, uma grade foi colocada em volta da escola; uma nova escada de metal foi acrescentada para diminuir o impacto da escadaria original; grades de ferro foram colocados nas janelas do andar superior; assim como, a quadra esportiva também foi construída posteriormente a fundação da instituição.

Com relação a administração da escola, fomos informadas que a primeira diretora chamava-se Nilsa Santiago, posteriormente, a diretora Lucilene foi a que passou mais tempo em gestão, totalizando doze anos no cargo. Em 2013, a diretora era a Sra. Adenir.

O prédio escolar não é tombado por nenhum órgão municipal, estadual ou federal, porém os membros da instituição possuem a preocupação de preservar a memória escolar, como é o caso da certidão original do Grupo Escolar, a placa indicativa do então Grupo Escolar, as fotos originais do ainda Grupo Escolar e os diversos livros de ponto datados desde 1920, sendo estes conservados no interior da escola.

Em 2013, o funcionamento da escola ocorria em dois turnos, sendo pela manhã o ensino fundamental e a tarde o ensino médio e o EJA.

Ao finalizar esse trabalho, constatamos que do total dos quinze Grupos Escolares encontrados nas páginas do Almanaque do Ceará de 1952, considerados objetos de nossa pesquisa, apenas 10 prédios foram localizadas na cidade de Fortaleza, contudo, desses, apenas sete ainda funcionam como instituições escolares. Além disso, por meio das pesquisas em campo, das narrações dos antigos e das pesquisas em arquivos digitais, concluímos que parte da estrutura dos referidos prédios escolares ainda se encontra preservada, embasando, assim, as ideias defendidas por João Alexandre Barbosa em “Memória e Sociedade: Lembranças de velhos” de Ecléa Bosi (2010, p.14-15): “O tempo da memória não se concretiza a não ser quando encontra a resistência de um espaço que se habitou com a existência sofrida do trabalho”.

Considerações finais

Com todo o exposto, ficou evidente que a História da Educação é um importante meio capaz de proporcionar uma ligação entre histórias escolares separadas pelo tempo, criando uma identidade social nos estudantes, um sentimento de pertencimento aos alunos de hoje como agentes da história e uma preocupação com a preservação da memória de sua instituição.

Concluímos que, a preservação da memória das instituições escolares como um local de construção de saberes e de cidadãos não se refletiu na mesma progressão que sua estrutura arquitetônica. Pois ainda que parte das características originais tenham vencido as passagens do tempo, pouco é transmitido para os educandos como fonte de sua própria história atual, afinal, é pela memória do passado que a cidadania é construída e o sentimento de pertencimento nos transforma em seres capazes de modificar a realidade

em busca de compreender mais dos acontecimentos do passado e tentar modificar o futuro.

Referências bibliográficas

- ALMANAQUE DO CEARÁ.** Fortaleza: Tip. Royal, 1952, p. 114.
- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira; OLIVEIRA, Sandra Maria de. Reconstruindo história e memória de alfabetizadoras no ensino primário em Minas Gerais. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2009, p. (1-12)
- ANDRADE, Francisco Ari de. **“Templo de Civilização” no Ceará: a criação do grupo escolar em Fortaleza, no começo do século XX.** In: VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, R. Elmo; RODRIGUES, Rui M.. (Org.). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo.** 1ed.Fortaleza: Edições UFC, 2011a, v. 1, p. 09-753.
- ANDRADE, Francisco Ari de. **Política, legislação e organização do ensino primário no Brasil:** A experiência da Província do Ceará, sob os auspícios da Lei Geral de 1827. Fortaleza: 2011b.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/int_const.pdf>. Acesso em 20/05/2014.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** Lembranças de velhos. 16ª ed. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 2010.
- MARTINHO RODRIGUES, Rui et alli (Org.). **História, memória e educação.** Fortaleza: EDUECE, 2013.
- PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. **Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a reforma Orestes Guimarães (1911-1935).** Revista Linhas. Florianópolis: v.10, n. 02, p.168-180, dez. 2009.

SANTIAGO, Zilza Maria Pinto. **Arquitetura e Instrução pública: a Reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará**. Tese de Doutorado. Fortaleza: Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. EccoS – Revista Científica. São Paulo: v.10, n. especial, p. 147-167, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008b.

SCHULLER, Alessandra Frota M de; GONDRA, José Gonçalves. **Olhar o outro, ver a si. Um professor primário brasileiro no “Velho Mundo”. (1890-1892)**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: v. 10, n. 22, p 87 a 112, jan-abr 2010.

SILVA, Vivia de Melo. **O ideário educacional republicano e a implantação dos grupos escolares no Brasil: uma leitura**. In: XIII Encontro Estadual de História. Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2008, p. 1-7.